

Podemos? Só se for abaixo e à esquerda

Panclasta

No final de maio, as eleições municipais da Espanha elegeram Manuela Carmena como prefeita de Madri e Ada Colau, prefeita de Barcelona. Ambas concorreram pelas chamadas “confluências cidadãs” – *Ahora Madri e Barcelona en Comú*, respectivamente. Esta foi até agora a maior vitória do projeto político do Podemos, um partido que ganhou simpatizantes por todo o mundo que acreditam no seu potencial de renovação da esquerda. Em geral, estas mesmas pessoas compartilharam este sentimento com o partido Syriza (no comando da Grécia desde janeiro) até a “traição” do primeiro-ministro Alexis Tsipras que, eleito com a promessa de não aceitar nenhum novo plano de austeridade econômica, aprovou um novo plano nesses moldes dias após a população grega rejeitá-lo em um referendo convocado pelo próprio primeiro-ministro. Meses depois, Tsipras renunciou ao seu cargo de primeiro-ministro.

Esse sentimento de esperança por uma renovação da esquerda a partir da experiência do Podemos na Espanha e do Syriza na Grécia recai na velha crença de enxergar o Estado como possível instrumento para transformação social. Para que a esperança não vire mais uma desilusão com um projeto frustrado ou então pior, um desastre em um projeto “desvirtuado”, cabe observarmos essas duas experiências e vermos como, apesar dos ares de novidades e de um design repaginado e moderno, o Podemos e o Syriza não passam de mais do mesmo em versões mediterrâneas.

A nova política do mais do mesmo

Um dos pontos positivos apontados pelos simpatizantes do Podemos é sua relação com os movimentos sociais. Criado após o grande movimento de mobilização popular que varreu a Espanha, conhecido como *Indignados*, o Podemos reuniu em seu processo de formação um número considerável de grupos influenciados por esta mobilização. Além disso, nas últimas eleições municipais que acabamos de citar, o Podemos criou em torno de si coalizações de movimentos sociais para sustentar candidaturas em diferentes cidades, chamadas de “confluências cidadãs”. Dessa forma, na visão de algumas pessoas, o Podemos supera a lógica partidária tradicional de aparelhar movimentos sociais, subordinando-os às suas decisões; para seus defensores, o Podemos estabelece uma relação horizontal com os movimentos sociais, não buscando nenhum tipo de atrelamento destes com seu programa.

Porém, ao observarmos a trajetória de outros partidos de esquerda, vemos que a estratégia de aproximação com movimentos sociais traçada pelo Podemos não é nenhuma novidade. Partidos socialistas, em diversos países, quando criados tinham um vínculo estreito com movimentos sociais e, curiosamente, assim que assumiram o poder se afastaram deles, criando um

verdadeiro abismo. Dentro da própria Espanha, o PSOE, tradicional partido de esquerda, foi criado por socialistas que atuavam no seio do movimento operário (criando sindicatos, escolas, centro sociais e outros espaços organizativos) mas lutando por conquistar reformas através do sistema eleitoral. A maioria dos outros partidos sociais-democratas na Europa tiveram a mesma origem e hoje alguns deles estão à frente de seu país, cortando direitos sociais duramente conquistados pela luta de gerações em nome de um “equilíbrio fiscal” que só olha para os interesses do mercado, como no caso da França do presidente socialista François Hollande. Olhando para uma realidade mais próxima de nós, o PT é outro exemplo. Na sua criação, na década de 1980, o PT tinha um forte vínculo com movimentos sociais, como as organizações sindicais e do campo. E hoje, bom, não é necessário falar no que deu...

Algumas pessoas podem falar que o Podemos sabe bem de todos esses partidos que se “desvirtuaram” do caminho traçado e que não irá cair nos mesmos “erros”. Então vamos olhar para a (curta) experiência do Podemos: criado em janeiro de 2014, teve sua estrutura organizativa discutida em uma assembleia em outubro do mesmo ano. Foram apresentadas duas propostas: de um lado, uma estrutura organizativa vertical, em que a toma-

da de decisões ocorra por meio de um grupo eleito como uma direção do partido; de outro, uma direção rotativa e com a tomada de decisões por meio de consenso em assembleias, como acontecia no movimento dos *Indignados*. A primeira proposta foi a escolhida com cerca de 81% dos votos. Ou seja, nove meses após sua fundação, o Podemos e sua proposta de uma “nova” política escolheu a forma de organização partidária mais tradicional, pautada na divisão entre direção e base. Seu principal articulador, Pablo Iglesias (eleito como secretário-geral do partido na mesma assembleia) comemorou a escolha por sua proposta, defendendo sua importância para uma melhor eficácia nos processos eleitorais.

Mas pode-se falar de uma “traição”

de Iglesias ou que o projeto político do Podemos está se “desvirtuando”?

Syriza, o “traidor” da vez

Para responder essa questão, é interessante também olharmos para o mais novo “traidor” da esquerda: o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras e seu partido, o Syriza. Em forte crise econômica desde 2008, a Grécia adotou diversos planos econômicos que cortaram grande parte dos gastos do Estado em políticas sociais, além de privatizar bancos e empresas estatais, batizados eufemisticamente de “planos de austeridade”. Esses planos foram pautados pelos interesses dos credores da dívida grega, chamada de *Troika* – formada pelo Fundo Monetário Internacional



Pablo Iglesias, secretário-geral do Podemos

(FMI), pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, que delegou suas decisões para o Eurogrupo (a reunião dos ministros das finanças dos países que compõem a zona do Euro). Eleito em janeiro de 2015 com a promessa de acabar com a austeridade, o Syriza e Alexis Tsipras, após pressões da *Troika* para assinar um novo plano de austeridade em troca de um resgate econômico, convocaram um referendo para consultar se a população grega aceitava ou não que seu governo assinasse este novo plano. Com a maioria absoluta rejeitando tal opção, Tsipras voltou a mesa de negociações com a *Troika*. Diferente daquilo que se esperava, dias após o resultado do “não” Tsipras propôs ao parlamento um novo plano de austeridade, com medidas ainda mais graves do que aquele que havia sido rejeitado pelo referendo. Membros do seu próprio partido o criticaram por tal posicionamento. Diante de tal incoerência, Tsipras renunciou ao seu posto de primeiro-ministro meses depois.

Com isso, ocorreu uma virada. Se até o referendo, o Syriza encantava os olhos da esquerda internacional – sendo uma inspiração inclusive para o Podemos – a partir desse momento Tsipras e seu partido foram vistos como “traidores”. Nesse ponto é válido prestarmos atenção: qual o pensamento que está por trás da afirmação que o Syriza é um “traidor”, ou que o Pode-

mos está se “desvirtuando” ?

Ao enxergar por esse ponto de vista, afirma-se conseqüentemente que bastaria outro partido ou governante “fiel” aos seus princípios no poder que as coisas seriam diferentes, que se outros dirigentes mais “comprometidos” com a luta de classes estivessem na direção do partido, sua combatividade estaria mantida. O curioso é que depois de tantos e tantos “traidores”, a esquerda insista em enxergar a realidade política sob esse ponto de vista. Quantos “traidores” ou “desvios” a mais serão necessários para mudar o foco sobre quem está no comando do Estado e passar a olhar para o Estado em si?

Os mercadores de ilusões

Continuar a falar de “traidores” e de “desvios” é reafirmar a visão de que o Estado é um instrumento neutro que serve a quaisquer interesses, que só depende de quem está no poder para alterar o rumo da política. Tsipras não é um “traidor” pois não se “desviou” em nada no rumo escolhido por ele e pelo seu partido. Para quem trilha o caminho da conquista do poder, só resta subordinar-se aos interesses do capital, uma vez que esse é o papel de quem está à frente do Estado.

O Estado moderno tem sua origem em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo. E isso não é mera coinci-

dência histórica. O Estado é a estrutura de organização social que dá suporte à dinâmica do capital, mas não porque é a burguesia que *está* no comando do Estado, e sim porque o Estado *é* uma instituição criada pela burguesia para atender seus próprios fins. E atende, pois permite duas condições básicas: a centralização do poder político nas mãos de uma minoria capaz de dominar milhões de pessoas e a legitimação desta dominação através da ficção da “soberania popular”. Assim, para conseguir manter sua dinâmica em cada território, o capitalismo precisa do Estado, que faz seu papel de gestor do capital em cada país a partir do exercício do seu poder. Também cumpre sua função de inculcar o respeito às autoridades e à hierarquia, tão necessário para que as pessoas se subordinem tanto ao seus patrões como aos seus governantes. Dominação e exploração caminham juntas, lado a lado.

Outro elemento da força simbólica do Estado, a “soberania popular” não passa de mera ficção. Para esclarecermos este elemento, vale a pena resgatarmos o que um velho barbudo russo disse há quase 150 anos. Bakunin viveu parte da sua vida na Suíça, um dos países que na época era tido como um dos regimes democráticos mais avançados, dado por seu sistema político descentralizado e pela recorrente prática do referendo. Vendo de

perto essas reformas institucionais, afirmou que “o movimento que se produz na Suíça é muito interessante para se estudar, pois ali assistimos a um processo típico de centralização política – isto é, recuo das liberdades – efetuado sob a aparência democrática de uma extensão das liberdades eleitorais”. Porém, Bakunin aponta que um sistema democrático somente permite uma real soberania popular caso os eleitores possam ter um controle efetivo sobre seus representantes eleitos e um conhecimento dos projetos de leis que são postos em consulta nos referendos. Porém, para que isso ocorra não importam as estruturas institucionais, mas sim a estrutura socioeconômica. Enquanto a ordem capitalista estiver intacta, de um lado a burguesia e as classes médias terão tempo livre e acesso à uma instrução adequada para o exercício da política, enquanto do outro lado os trabalhadores, explorados economicamente, permanecerão à margem das decisões políticas. Assim, nas eleições “os candidatos cortejarão Sua Majestade o povo soberano. [...] Mas acabadas as eleições, cada qual volta a suas ocupações cotidianas: o povo, ao seu trabalho, e os burgueses aos seus negócios lucrativos e a suas intrigas políticas.” Desse modo, “a liberdade não pode ser real senão quando o controle é real. Em contrapartida, se esse controle é fictício, a liberdade po-

pular torna-se necessariamente também uma pura ficção.” A mesma lógica vale para o sistema de referendo. Para que fossem realmente democráticos, o povo teria que ter tempo e instrução necessários para ter um conhecimento aprofundado sobre o que estavam votando, transformando-se “em um imenso parlamento ao ar livre”. Como não é o caso, Bakunin chama os referendos de “votação às cegas”.¹

Referendo na Suíça em 1870, referendo do Syriza em 2015. Contextos diferentes, mas alguns elementos permanecem. Os projetos do Syriza, com sua proposta de referendo – no qual ele mesmo desrespeitou seu resultado –, e do Podemos, com sua proposta de descentralização política (chamada de “aposta municipalista”) de democratizar o Estado por meio de reformas são mero engodo. Elas em nada mexem na sua estrutura econômica e permanecem no modelo de construção de políticas por meio do Estado, que inevitavelmente recai na lógica de governar de cima para baixo, com as decisões políticas centralizadas nas mãos de poucos. Um projeto político que visa a construção de uma sociedade baseada na

1 Trechos retirados do texto de Bakunin “Os ursos de Berna e o urso de São Petersburgo”. Esses trechos são comentados com maior profundidade por René Berthier, em seu texto “Os anarquistas e o sufrágio universal”, do livro “Os anarquistas e as eleições”, publicado pela Editora Imaginário (2014).

igualdade e na liberdade devem ter elas como seus princípios, e não a hierarquia e autoridade. Deve-se partir desde baixo, na organização de estruturas sociais que estejam fora e contra a lógica estatal e do mercado, sendo assim um instrumento de oposição e pressão ao Estado e ao Capital, conquistando melhorias sociais dentro da conjuntura atual, e ao mesmo tempo representar uma alternativa social e um prelúdio de uma sociedade libertária e igualitária. Tanto o Syriza como o Podemos, e todos os demais partidos de esquerda, ao subordinarem movimentos sociais à lógica do Estado, agem da mesma forma que os socialistas alemães da I Internacional, contra os quais Bakunin se opôs afirmando que ao envolverem o movimento operário na disputa do Estado eles “amarraram o proletariado à reboque da burguesia”². Se o Estado é o instrumento de organização social da burguesia, fixar-se nele é o mesmo que se prender à política burguesa.

Dessa forma, ao invés dos políticos de esquerda serem “traidores”, na verdade eles são mercadores de ilusões. Vendem a ilusão de que o processo de transformação social pode ter um atalho com a conquista do Estado, seja para se fazer a “revolução” (como se a tomada do Estado já trouxesse o processo revolucionário da noite para o

2 Mikhail Bakunin, “Escritos contra Marx”, página 154, Editora Imaginário (2014).

dia), seja para se fazer reformas, conquistar melhorias e avanços.

Quando Pablo Iglesias comemorou a vitória da sua proposta, para que o Podemos se organize a partir de uma estrutura em que as decisões políticas sejam tomadas de modo vertical a partir da divisão entre direção e base, afirmando que foi um passo importante para que o partido seja eficaz na

disputa das futuras eleições, ele estava correto. Se a intenção é criar um partido e disputar o Estado, tem que jogar conforme as regras do jogo, que no caso do Estado é a cisão entre a minoria que manda e maioria que obedece. Agora, se queremos transformar a política e criarmos outra sociedade, temos que subverter as regras existentes e nós mesmos criarmos as nossas próprias regras.